

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Pedro Gontijo / Agência Senado



Empresários querem votação depois das eleições

Alcolumbre promete tramitação lenta de PEC

Na reunião com representantes de entidades empresariais, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), prometeu que, diferentemente do que ocorreu na Câmara, não irá acelerar a tramitação da proposta de emenda constitucional que acaba com a escala de seis dias trabalhados por um de folga.

O compromisso atende a expectativas de empresários, que querem ganhar tempo para impedir que a proposta seja votada antes das eleições de outubro.

Isso, para evitar o voto favorável à mudança na escala por parte de integrantes do Centrão e da direita, que temem ficar contra o projeto bancado pela esquerda e acabarem punidos por eleitores.

Segundo semestre

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmuci diz que Alcolumbre afirmou que não fará nada de forma "açodada".

A exemplo do que ocorreu na Câmara, criará uma comissão especial para analisar a PEC, mas não repetirá o esquema de promover mais de uma sessão por dia (serão 40 sessões). Como o recesso do Congresso começa no dia 18, a votação ficaria para o segundo semestre.

Lula Marques / Agência Brasil



Comissão da Câmara aprovou o fim da seis por um

Idas e vindas

Caso os senadores mudem o texto da Câmara, a proposta terá que voltar a ser examinada pelos deputados. As idas e vindas tendem a impedir a aprovação final da PEC antes de outubro, mês das eleições. O Congresso sempre fica esvaziado no segundo semestre de anos eleitorais. De acordo com Solmuci, Alcolumbre ficou impressionado com os relatos sobre o aumento de custos que seria gerado pelo fim obrigatório da jornada de seis por um. Avaliou, então, que seria muito complicado decidir algo tão complexo com a mesma rapidez da Câmara.

Jornada muda, escala fica

Parte dos empresários presente à reunião com o presidente do Senado apoia uma alternativa à PEC: a manutenção da possibilidade da escala seis por um, mas uma redução gradual na jornada de trabalho. Esta, passaria, em um prazo de cinco anos, de 44 horas para 40 horas semanais. Segundo Solmuci, o custo dessa diminuição seria absorvido por um aumento na produtividade.

Mistura

Ele diz que o governo, de forma proposital, misturou questões diferentes ao atrelar a redução da jornada à interdição legal do esquema seis por um. Apesar de admitir a diminuição de horas trabalhadas, ele frisa que a adoção obrigatória do esquema cinco por dois é inviável e comprometeria diversos setores.

Negociação

Segundo o presidente da Abrasel, dois terços das empresas brasileiras já adotam a escala cinco por dois. Uma ampliação, ressalta, poderia ser feita em algumas categorias, mas de forma negociada. Em muitos casos, afirma, isso não seria possível: afetaria serviços essenciais e quebraria prefeituras.

Tempo ao tempo

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL) trata de evitar comentários públicos sobre a provável retirada da candidatura do ex-governador Cláudio Castro a uma vaga de senador pelo Rio. "Não é hora de falar sobre isso. Deixa a política ditar o ritmo", escreveu para o Correio Bastidores.

Ameaça

Fogo no parquinho de candidaturas de direita. As críticas de Romeu Zema (Novo) a Flávio Bolsonaro (PL) por suas conversas com Daniel Vercaro, do Master, geraram problemas no partido do ex-governador de Minas Gerais. Em alguns estados, o PL fala até mesmo em romper alianças anteriormente acertadas com políticos do Novo.

Teto baixo

O projeto das deputadas Fernanda Melchionna (Psol) e Heloísa Helena (Rede) que estabelece teto de juros que o Banco do Brasil e a Caixa podem cobrar em empréstimos consignados é menos radical que um mandamento da Constituição que vigorou até 2003. Um parágrafo fixava os juros reais em até 12%.

Teto furado

A proposta foi do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). Apesar da oposição de economistas de esquerda e de direita, a emenda acabou aprovada por um placar dilatado: 314 votos contra 112. Apesar de ter virado norma constitucional, o parágrafo, incluído no artigo 192, nunca foi aplicado.



Caiado e Zema terão nova reunião em dez dias

Caiado e Zema ensaiam união política

Estacionados nas pesquisas, candidatos do PSD e do Novo têm reunião para discutir aliança

Beatriz Matos

A direita brasileira começou a assistir, nos bastidores, a um novo movimento de reorganização para a disputa presidencial de 2026.

Depois de um encontro em um evento realizado nesta semana em São Paulo, o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado, candidato do PSD à Presidência da República, e o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema, presidenciável pelo Novo, passaram a sinalizar de forma mais aberta uma aproximação política que pode ganhar novos contornos nas próximas semanas.

O próximo capítulo dessa articulação já tem data para acontecer: Caiado confirmou ao Correio da Manhã que terá uma nova reunião com Zema em dez dias.

A movimentação acontece em meio à tentativa de setores da centro-direita de ocupar um espaço político que enxergam hoje em disputa dentro do eleitorado conservador. Nos bastidores, aliados dos dois políticos admitem que já existe diálogo sobre uma eventual composição nacional, embora ainda não haja definição sobre quem poderia encabeçar uma futura chapa presidencial.

Questionado pelo Correio da Manhã sobre como vê essa reorganização da direita e se a aproximação com Zema já representa um desenho eleitoral para 2026, Caiado respondeu: "Vamos chegar fortes e vencer o PT".

Ao ser perguntado sobre a possibilidade de Zema ser vice em uma eventual chapa, o governador evitou antecipar qualquer acordo. "Não gosto de fazer esse tipo de afirmação porque o assunto não foi discutido", afirmou.

O movimento ocorre em um momento de pressão dentro do campo conservador. Integrantes da direita acompanham os efeitos políticos da crise envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (PL) e os desdobramentos do caso Master para entender se haverá impacto eleitoral mais profundo sobre o bolsonarismo.

A avaliação entre setores políticos e empresariais é de que parte do eleitorado conservador passou a demonstrar desgaste com a polarização tradicional entre PT e bolsonarismo, abrindo espaço para nomes que tentem ocupar um campo mais moderado da direita.

A pesquisa Datafolha mais recente mostra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 40% das intenções de voto. Flávio Bolsonaro aparece com 31%, enquanto Caiado registra 4% e Zema, 3%.

Para o professor de ciência política do Ibmec Brasília, Arthur Wittenberg, a aproximação entre Caiado e Zema reflete justamente a tentativa de construção de uma direita mais institucional e menos associada ao estilo político do bolsonarismo.